

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Teoria Geral do Direito Empresarial	25
» Origens do Direito Comercial	25
» Origens do Direito Comercial no Brasil	26
» Conceito de direito comercial	28
» Fontes do Direito Comercial	28
» Teoria de Atos de Comércio	29
» Antigo comerciante	29
» Atividade empresarial	30
Teoria da empresa	30
Conceito de empresa	31
Conceito de empresário	31
» Tipos de empresário	32
» Capacidade e condições para ser empresário	33
» O incapaz e a atividade empresarial	34
» Pessoas impedidas de exercer atividade empresarial	35
» Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI	36
» Da Responsabilidade da Empresa Individual	38
» Nome Empresarial	41
» Nomenclatura “empresa”	41
» Obrigações do empresário	41
» Registro dos Atos Constitutivos	42

» Finalidades do Registro	42
» Efeitos Jurídicos do Registro	43
» Registro de empresa	44
Órgãos de registro de empresas	44
» Atos do registro de empresas	46
» Leiloeiros	46
» Tradutores Públícos e Intérpretes Comerciais	46
» Falta de registro – sociedade irregular	48
» Escrituração dos livros	48
» Princípios da escrituração	49
» Espécies de livros	50
» Livros obrigatórios	50
» Livros facultativos ou auxiliares	51
» Livros obrigatórios e demais obrigações acessórias do microempresário e do empresário de pequeno porte	52
» Microempreendedor individual – MEI	55
» Obrigações acessórias do microempreendedor individual – MEI	55
» Exibição e força probatória dos livros	57
» Falta de escrituração dos livros	58
» Demonstrações contábeis periódicas	58
» Não empresário e a sociedade simples	59
» Estabelecimento empresarial	60
» Natureza do estabelecimento empresarial	63
» Elementos do estabelecimento empresarial	63
» Ponto e locação empresarial	64
» Indenização do ponto	67
» Locação de shopping center	67
» Alienação do estabelecimento empresarial	69
» Trespasse e a responsabilidade civil	70
» Trespasse e a responsabilidade tributária	71
» Responsabilidade pelas obrigações trabalhistas	74
» Trespasse e a lei de falências	76
» Não restabelecimento	77

» Nome empresarial	78
» Espécies	78
» Formação do nome empresarial	80
» Proteção ao nome empresarial	81
» Alienação do nome empresarial	82
» Cancelamento do nome empresarial	83
Capítulo 2 – Propriedade Industrial	87
» Propriedade industrial	87
Direito industrial	87
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	87
Bens da propriedade industrial	88
» Titularidade	88
» Patente	88
» Invenção	89
» Requisitos para a concessão de patente	90
» Prioridade	91
» Pedido de patente	92
» Concessão da patente	93
» Vigência da patente	94
» Proteção conferida pela patente	95
» Uso indevido da patente	95
» Nulidade da patente	96
» Licença de uso	96
» Da invenção e do modelo de utilidade realizado por empregado ou por prestador de serviço	98
» Extinção da patente	99
» Registro	99
» Desenho industrial	99
» Requisitos para o registro	100
» Prioridade	100
» Pedido de registro	100
» Proteção conferida pelo registro do desenho industrial	101

» Nulidade do registro do desenho industrial	101
» Vigência do registro do desenho industrial	101
» Extinção do registro do desenho industrial	101
» Marca	102
» Requisitos para o registro	102
» Prioridade	105
» Pedido de registro	105
» Direitos sobre a marca	105
» Cessão de uso	106
» Licença de uso	106
» Nulidade do registro	107
» Vigência do registro	107
» Extinção do registro	108
» Em Resumo	108
Capítulo 3 – O Empresário e as Relações de Consumo	109
» Introdução	109
» Consumidor e fornecedor	110
» Produto e serviço	111
» Política Nacional das Relações de Consumo	112
» Direitos básicos do consumidor	112
» Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos	113
Proteção à Saúde e Segurança	113
Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço	114
Responsabilidade por vício do produto e do serviço	115
Decadência e prescrição	116
Desconsideração da personalidade jurídica	116
Práticas comerciais	116
Proteção contratual	117
Sanções administrativas	119
Em Resumo	121

Capítulo 4 – Direito Societário	125
» Introdução	125
» Sociedade	125
» Sociedades Unissocietárias ou Unipessoais	126
» Pessoas Jurídicas Unissocietárias	128
» Sócios	128
» Classificação das Sociedades pelo Código Civil de 2002	129
» Sociedades não personificadas	129
» Sociedade em comum, irregular ou de fato	129
» Responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais	132
» Características da sociedade comum	133
» Sociedade em conta de participação	134
» Características da sociedade em conta de participação	135
» Patrimônio especial da sociedade em conta de participação	136
» Falência dos sócios da sociedade em conta de participação	136
» Sociedades personificadas	137
» Caracterização das Sociedades personificadas	137
» Sociedade simples	137
» Contrato social	139
» Responsabilidade dos sócios	140
» Principais obrigações dos sócios	140
» Principais direitos dos sócios	142
» Da responsabilidade do sócio retirante (cedente) e do sócio ingressante (cessionário)	146
» Administração da sociedade	147
» Administradores	148
» Responsabilidade dos administradores – Teoria da Ultra Vires	149
» Responsabilidade civil dos administradores	150
» Mandato dos administradores	151
» Obrigações dos administradores	151
» Dissolução da sociedade	151
» Liquidante	153
» Características das sociedades simples	153

» Sociedade Empresária	154
» Classificação da Sociedade Empresária	154
» Sociedades Empresárias menores previstas no Código Civil	155
Sociedade em nome coletivo	155
» Administração	155
» Liquidão da quota de sócio da sociedade em nome coletivo	155
» Dissolução da sociedade em nome coletivo	156
» Características da sociedade em nome coletivo	156
» Sociedade em comandita simples	156
» Administração	157
» Capital social e participação no resultado	157
» Dissolução da sociedade em comandita simples	158
» Características da sociedade em comandita simples	158
» Sociedade em comandita por ações	158
» Características da sociedade em comandita por ações	159
» Demais tipos de sociedade	159
Sociedades coligadas	159
Sociedade controlada	159
» Sociedade filiada	160
» Sociedade de simples participação	160
» Sociedades autorizadas	160
» Sociedade limitada	160
» Conceito	161
» Capital social	161
» Capital social subscrito e integralizado	162
» Responsabilidade dos sócios na sociedade limitada	163
» Sócio	164
» Espécies de sócios	165
» Penhora das quotas sociais	166
» Sócio remisso	167
» Principais direitos dos sócios	167
» Administração da sociedade limitada	175
» Uso da firma ou denominação social	176

SUMÁRIO

» Atribuições do administrador	177
» Aumento e redução do capital social	177
» Dissolução da sociedade limitada	178
» Sociedade anônima	178
» Conceito	179
» Características da sociedade anônima	180
» Constituição da sociedade anônima	180
» Requisitos específicos para a constituição da sociedade anônima	181
» Depósito de entrada do capital social	181
» Constituição por subscrição pública	182
» Projeto do estatuto social	182
» Prospecto	182
» Lista, boletim e entrada	183
» Convocação de assembleia	183
» Constituição por subscrição particular	184
» Capital social	185
» Ações não integralizadas	186
» Negociação com as próprias ações	187
» Mora do acionista	188
» Responsabilidade dos alienantes	190
» Classificação da sociedade anônima	190
» Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	191
» Competência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	191
» Mercado de capitais	192
» Bolsa de valor	193
» Mercado de balcão	194
» Nome empresarial	195
» Ações	195
» Valor das ações	196
» Classificação das ações	196
» Natureza das ações	196
» Forma das ações	199
» Demais valores mobiliários	201

» Debêntures	202
» Direito dos debenturistas	202
» Vencimento, amortização e resgate	202
» Espécies de debêntures	203
» Commercial paper's	204
» Bônus de subscrição	204
» Partes beneficiárias	205
» Acionista	206
» Acionista controlador	206
» Responsabilidade do acionista controlador	207
» Participação nos lucros da sociedade	208
» Direitos essenciais dos acionistas	208
» Órgãos da sociedade anônima	208
» Demonstrações financeiras	217
» Dissolução, liquidação e extinção Dissolução	217
» Liquidação	218
» Extinção	218
» Operações societárias	220
Transformação	220
Deliberação	220
Direito dos credores	220
Incorporação, fusão ou cisão: regra geral	220
» Incorporação	221
» Fusão	221
» Cisão	221
» Direito de retirada	222
» Direitos dos debenturistas	222
» Direitos dos credores na incorporação ou fusão	223
» Direitos dos credores na cisão	223
» Averbação das operações societárias	223
» Sociedades de economia mista	223
» Constituição das sociedades de economia mista	224
» Do objeto social das sociedades de economia	224

» Conselho de administração	224
» Conselho fiscal	224
» Características da sociedade de economia mista	225
» Instituições financeiras	225
» Conceito	225
» Banco Central do Brasil	225
» Instituições financeiras públicas	227
» Instituições financeiras privadas	228
» Capital social	228
» Demonstrações financeiras	228
» Intervenção	229
» Em resumo	229
Capítulo 5 – Títulos de Crédito	233
» Origem	233
» Conceito	233
» Características dos títulos de crédito	233
» Princípio da inoponibilidade das exceções pessoais	235
» Classificação dos títulos de crédito	236
» Natureza pro solvendo do título de crédito	238
» Classificação dos títulos de crédito segundo o Código Civil de 2002	238
» Conceito de título de crédito segundo o Código Civil de 2002	239
» Endosso	241
» Endosso Parcial	242
» Responsabilidade do endossante	242
» Aval nos títulos de crédito segundo o Código Civil de 2002	243
» Letra de câmbio	244
» Conceito de letra de câmbio	244
» Saque da letra de câmbio	245
» Requisitos da Letra de câmbio	246
» Letra incompleta ou em branco	247
» Institutos cambiários	247
» Aceite na letra de câmbio	247

» Prazo para aceite na letra de câmbio	248
» Falta ou recusa de aceite na letra de câmbio	249
» Letra de Câmbio não aceitável	250
» Endosso na letra de câmbio	250
» Efeitos do endosso na letra de câmbio	252
» Espécies de endosso na letra de câmbio	252
» Aval na letra de câmbio	254
» Espécies de aval na letra de câmbio	256
» Diferenças entre o aval e a fiança	256
» Vencimento da letra de câmbio	258
» Pagamento da letra de câmbio	258
» Protesto da letra de câmbio	258
» Protesto dispensável na letra de câmbio	259
» Prazo para protesto da letra de câmbio	259
» Sustação e cancelamento do protesto	260
» Prescrição da letra de câmbio	260
» Ação cambial	261
» Nota promissória	261
Conceito de nota promissória	261
Requisitos da nota promissória	262
Legislação aplicável à nota promissória	263
Prazos para protesto da nota promissória	265
Prescrição da nota promissória	265
» Cheque	265
Conceito de cheque	265
Requisitos do cheque	265
Emissão do cheque	266
Da importância indicada no cheque	267
Característica da autonomia das obrigações no cheque	267
Cheque em branco ou incompleto	267
Aceite no cheque	267
Endosso no cheque	268
Aval no cheque	269
Modalidades de cheque	270

Prazo para apresentação do cheque	273
Cheque sem fundos	274
Sustação do cheque	275
Prescrição do cheque	277
» Ação de enriquecimento	277
» Duplicata	278
Conceito de duplicata	278
Requisitos da duplicata	279
Aceite da duplicata	280
» Pagamento da duplicata	281
» Triplicata	281
» Duplicata de prestação de serviço	281
» Endosso na duplicata	282
» Aval na duplicata	283
» Prazo para protesto da duplicata	283
» Prescrição da duplicata	283
» Títulos representativos	284
» Conhecimento de depósito e warrant	285
» Endosso no conhecimento de depósito e no warrant	285
» Conhecimento de transporte	285
» Endosso no conhecimento de transporte	286
» Em Resumo	286
Capítulo 6 – Contratos empresariais	289
» Evolução dos contratos no Direito brasileiro	289
» Classificação geral dos contratos	290
» Contrato de compra e venda mercantil	290
» Principais obrigações do vendedor	291
» Principais obrigações do comprador	291
» Principais modalidades de compra e venda mercantil	292
» Cláusulas especiais da compra e venda	292
» Escambo ou troca mercantil	294
» Compra e venda mercantil em consignação ou contrato estimatório	294

» Contrato de mútuo mercantil	294
» Contrato de mandato mercantil	295
» Obrigações do mandante no contrato de mandato mercantil	295
» Obrigações do mandatário do mandatário no contrato de mandato mercantil	296
» Extinção do contrato de mandato mercantil	296
» Contrato de comissão mercantil	296
» Extinção do contrato de comissão mercantil	297
» Contrato de representação comercial autônoma	298
» Impedimentos para o exercício da profissão de representante comercial	299
» Elementos do contrato de representação comercial	299
» Principais obrigações do representante comercial	300
» Principais obrigações do representado	300
» Zona de exclusividade e comissão do representante comercial	301
» Recusa das propostas ou pedidos pelo representado	302
» Rescisão por justa causa do contrato de representação comercial pelo representado	302
» Rescisão por justa causa do contrato de representação comercial pelo representante	302
» Contrato de agência	303
» Obrigações do agente e do distribuidor	305
» Remuneração do agente e do distribuidor	305
» Indenização do agente e do distribuidor	305
» Prazo de duração do contrato	305
» Contrato de distribuição	305
» Contrato de seguro	306
» Espécies de seguro	306
» Principais obrigações do segurado	307
» Principais obrigações do segurador	307
» Relações jurídicas decorrentes da emissão do contrato de seguro	307
» Contrato de resseguro	308
» Contrato de fiança mercantil	308
» Efeitos do contrato de fiança	309
» Exoneração da fiança	309

» Extinção da fiança	309
» Contrato de penhor mercantil	310
» Principais obrigações do credor	310
» Principais obrigações do devedor	310
» Principais direitos do credor	310
» Principais direitos do devedor	311
» Extinção do contrato de penhor	311
» Contrato de franquia	311
» Obrigações do franqueador	312
» Obrigações do franqueado	314
» Contrato de alienação fiduciária em garantia	314
» Objeto do contrato de alienação fiduciária em garantia	315
» Contrato de leasing ou arrendamento mercantil	315
» Objeto do contrato de leasing ou arrendamento mercantil	316
» Modalidades de leasing ou arrendamento mercantil	316
» Prática do leasing ou do arrendamento mercantil	317
» Obrigações das partes no contrato de leasing ou arrendamento mercantil	317
» Duração do contrato de leasing ou arrendamento mercantil	317
» Em Resumo	318
Capítulo 7 – Recuperação Judicial, Falência e Recuperação Extrajudicial	321
» Introdução	321
» Sujeitos a recuperação e a falência	322
» Juízo competente	323
» Juízo de prevenção	324
» Credores não admitidos na falência e na recuperação de empresas	324
» Efeitos do processamento de recuperação e de falência	325
» Verificação e habilitação dos créditos	326
» Credores retardatários	329
» Ação rescisória	329
» Administrador judicial e comitê de credores	330
Administrador judicial	330
» Remuneração do administrador judicial	332

» Responsabilidade do administrador judicial	333
» Comitê de credores	334
» Competência do comitê de credores	334
» Assembleia geral de credores	335
» Competência da assembleia geral de credores	336
» Quorum de instalação da assembleia geral de credores	336
» Composição da assembleia geral de credores	337
» Quorum de deliberação	337
» Recuperação judicial	338
» Legitimidade ativa na recuperação judicial	338
» Requisitos para a recuperação judicial	339
» Credores sujeitos a recuperação judicial	339
» Meios de recuperação judicial	340
» Fases do processo de recuperação judicial	342
» Requisitos da petição inicial	342
» Despacho do processamento da recuperação judicial	342
» Procedimento de recuperação judicial	344
» Concessão da recuperação judicial	345
» Recurso contra a sentença concessiva de recuperação	346
» Efeitos da concessão da recuperação judicial	346
» Alienação de filiais ou de unidades isoladas	347
» Efeitos da recuperação em relação à administração da sociedade	347
» Efeitos da recuperação em relação aos bens do devedor	348
» Reclassificação dos créditos	348
» Descumprimento da recuperação judicial	349
» Encerramento da recuperação judicial	349
» Recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte	349
» Convolação de recuperação judicial em falência	351
» Efeitos da convolação em relação aos credores	351
» Falência	351
Origem da falência	351
» Origem no Brasil	352
» Conceito	353

» Sujeitos à falência	355
» Elementos do estado de falência	355
» Juízo falimentar	356
» Autofalência	357
» Legitimidade ativa	357
» Hipóteses em que não será declarada falência	358
» Responsabilidade dos sócios	358
» Protesto falimentar	359
» Rito falimentar	360
» Defesa do devedor impontual	360
» Depósito elisivo na falência	360
» Recursos no processo falimentar	361
Sentença declaratória	361
» Sentença denegatória	362
» Responsabilidade do requerente	362
» Termo legal	362
» Efeitos da sentença declaratória	363
» Lacração do estabelecimento	366
» Revogação de atos praticados pelo falido antes da falência	366
» Ação revocatória	368
» Administração da falência	369
» Restituição ou embargos de terceiros	369
» Verificação dos créditos	370
» Classificação dos créditos	370
» Classificação dos créditos em espécie	370
» Liquidação	373
» Pagamento na falência	374
» Encerramento da falência	374
» Extinção das obrigações do falido	375
» Recuperação extrajudicial	375
Conceito	375
Requisitos	376
» Credores não atingidos pela recuperação extrajudicial	377

» Processamento do pedido de homologação	377
» Efeitos da homologação	378
» Processo de falência	378
» Juízo competente	378
» Instrução da petição inicial	379
» Citação	380
» Defesa do devedor	380
» Intervenção do Ministério Público no processo falimentar	380
» Desistência do pedido	381
» Sentença declaratória de falência	381
» Recurso	382
Sentença declaratória	382
Sentença denegatória	382
» Revogação da falência	382
» Ação revocatória	383
» Efeitos da sentença de falência	383
» Pedido de restituição	383
» Procedimento para a restituição	384
» Encerramento do processo	384
» Extinção e reabilitação do falido	384
» Crime falimentar	385
» Em Resumo	385
Capítulo 8 – Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	389
» Introdução	389
» Em Resumo	396
Referências Bibliográficas	397